

BNDES libera verba para metrô amanhã

André Luiz Ramos 28.11.91

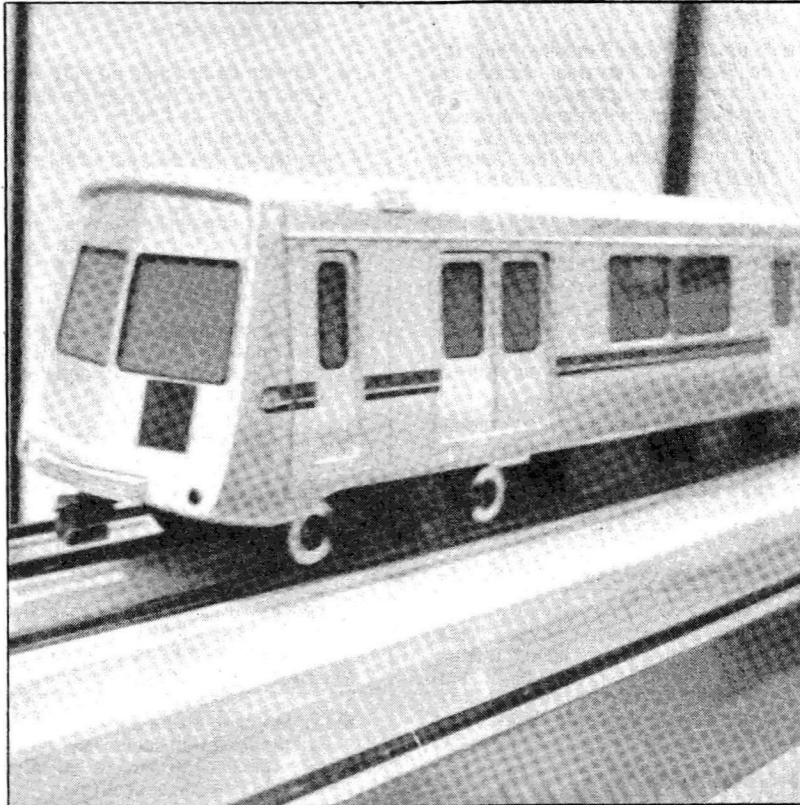
O convênio no valor de US\$ 300 milhões para a construção do metrô de Brasília será assinado amanhã, às 10h00, no Palácio do Planalto, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Há cerca de 15 dias, a diretoria da instituição aprovou por unanimidade o empréstimo. O restante das verbas para a construção virá dos orçamentos do GDF e do Governo Federal. Para a cerimônia de assinatura do convênio estão sendo convidados deputados distritais e federais, além dos senadores do Distrito Federal. As obras do metrô já foram iniciadas em Samambaia.

O metrô do Distrito Federal terá 40 quilômetros de extensão, nove dos quais subterrâneos, e 33 estações. As negociações com o BNDES começaram ano passado, quando foi escolhido, através de licitação pública, o consórcio Brasmetrô — formado por empresas nacionais — para construir o metrô. Antes de a direção do banco aprovar o empréstimo, o Conselho Monetário Nacional autorizou o endividamento do Distrito Federal, mas condicionou o empréstimo a uma participação expressiva da

atividade privada no projeto. O secretário de Obras e Serviços Públicos, José Roberto Arruda, foi diversas vezes ao Rio de Janeiro negociar com os diretores do BNDES.

A liberação do empréstimo não foi decidida antes porque faltaram informações sobre a obra para a análise por parte da instituição financeira. No convênio estará detalhada a forma de repasse dos recursos, que não têm uma aplicação única — compondo com as verbas dos orçamentos para aplicação em todas as etapas do projeto. Entre elas, a compra de equipamentos de controle e sinalização, e dos 80 veículos que irão operar no sistema de acordo com o Grupo Executivo do Metrô, presidido pelo secretário de Obras.

Pelo projeto, a estação central será construída na Rodoviária do Plano Piloto e a partir deste ponto serão instalados trilhos subterrâneos seguindo o Eixo Sul. O Plano Piloto se ligará a Taguatinga, Samambaia e Ceilândia, passando pelo Guarã e Águas Claras — uma cidade que está sendo projetada para ser construída entre o Guarã e Taguatinga. O governador Joaquim Roriz marcou para o dia 21 de abril de 1994 a inauguração do sistema.



BNDES financiará, entre outros itens, a compra dos 80 veículos

Rodoviários fazem protesto

Os rodoviários vão fazer uma manifestação hoje, às 9h00, em frente à Viplan — empresa da família de Wagner Canhedo Filho, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do DF, neste mesmo horário, a diretoria do Sindicato dos Rodoviários se reunirá com Canhedo para tratar deste assunto. Os rodoviários querem uma definição do número de demissões e informações sobre quantos poderão ser dispensados. Eles não descartam a realização da operação “passe livre” ou até de uma greve, por causa das demissões.

O secretário de Transporte, Newton de Castro, recebeu ontem três dirigentes de empresas que entraram recentemente no sistema. As empresas Santo Antônio, Sol e São José completaram uma semana de operação, com uma frota inferior à que foi licitada pelo governo — um total de 30 veículos para cada uma.

Os empresários solicitaram à Secretaria de Transporte a colocação de todos os ônibus nas linhas,

porque eles estão tendo gastos para manter cerca de 50% da frota nas garagens. O pedido dos empresários, segundo o Governo, comprova a tese do aumento da produtividade: com o crescimento do número de pagantes, que vem sendo constatado, as empresas terão mais lucro.

Redução de ônibus

Apesar da posição das novas empresas, com as mudanças que foram feitas no sistema pelo Governo o número de veículos em circulação diminuiu. O Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos (DMTU) alterou horários e suspendeu linhas, o que resultou na retirada de ônibus pelas antigas operadoras e gerou demissões de rodoviários. As empresas calculam que as demissões podem chegar a 2 mil. Apesar de terem resolvido pagar o aumento de 28% à categoria, ainda há indefinição quanto às demissões. Por esse motivo, os rodoviários não descartam deflagrar a operação “passe livre” — os passageiros não pagarão passagem — e chegar até a uma greve do setor.